



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025
Processo Licitatório nº 087/2025
EXCLUSIVO ME E EPP

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK – ESTADO DO PARANÁ, inscrito no CNPJ 75.968.412/0001-19, através do Setor de Licitações e Compras, sediado na Praça Otacílio Ferreira, nº 82, centro, nesta cidade de Conselheiro Mairinck - PR, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, JOSELEI APARECIDO DE CARVALHO, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO de forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO por LOTE/ITEM, EXCLUSIVAMENTE AOS INTERESSADOS QUALIFICADOS COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as normas e condições fixadas neste instrumento destinada a contratação de empresa para fornecimento de kits para exercício das atividades dos Agentes de Combate às Endemias, compostos por uniformes e equipamentos de proteção, conforme especificações constantes no Manual dos Agentes de Combate às Endemias vinculados ao Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck/PR, segundo as especificações constantes no ANEXO I deste edital, conforme cronograma abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03 de outubro de 2025 às 08:00 horas do dia 16 de outubro de 2025.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08:00 às 08:30 horas do dia 16 de outubro de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: às 08:30 horas do dia 16 de outubro de 2025.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - <https://blcompras.com>

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem como objetivo contratação de empresa para fornecimento de kits para exercício das atividades dos Agentes de Combate às Endemias, compostos por uniformes e equipamentos de proteção, conforme especificações constantes no Manual dos Agentes de Combate às Endemias vinculados ao Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck-Pr.



2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, conforme informações constantes no Estudo Técnico Preliminar.

2.3. A licitação será realizada na modalidade **PREGÃO de forma ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO por LOTE/ITEM**, nos termos do **art. 55, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021.**

2.4. O detalhamento do objeto descrito no item 2.1 encontra-se no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

3.2. Os interessados deverão efetuar seu cadastro junto a plataforma BLL no endereço sítio eletrônico **www.bll.org.br**, num prazo de até 24h antes da abertura do processo licitatório.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. A participação será exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5. A falsidade da declaração de que trata do enquadramento da empresa como ME e EPP, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Empresas consorciadas, através de mais de um consórcio ou isoladamente.

3.7. Como condição para participação no Processo Licitatório, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

3.7.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.7.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, o não preenchimento do campo acima mencionado apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte, não sendo critério para desclassificação/inabilitação.

3.7.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.7.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.7.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

3.7.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;



3.7.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

3.7.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação, exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

4.2. TODAS AS EMPRESAS interessadas em participar do certame, DEVERÃO anexar em campo próprio do sistema os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, concomitantemente com a PROPOSTA DE PREÇOS, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Entretanto, será analisada SOMENTE a DOCUMENTAÇÃO do licitante CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR.

4.3. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.4. Até a data e horário estipulados para a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.5. Após a abertura das propostas, não caberá desistência dessas e os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade dos licitantes, não lhes assistindo direito de pleitear qualquer alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo por motivo justo e comprovado decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

4.6. Não será estabelecida ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos da fase de envio de lances.

4.7. Os documentos que compõem a proposta dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser inseridos assim que



solicitado pelo Pregoeiro via chat, devendo ser enviados através da aba “DOCUMENTOS COMPLEMENTARES”.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta mediante o preenchimento em campo próprio no sistema eletrônico; e também deverá enviar o arquivo em PDF nos moldes do ANEXO II do presente edital, devendo conter os seguintes dados:

5.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional. Os valores deverão estar em algarismos, expresso em moeda corrente nacional.

5.1.2. Descrição detalhada das especificações dos objetos ofertados em conformidade com o Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, bem como as que apresentem omissões ou irregularidades insanáveis.

5.6. Após a abertura da sessão, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente, sendo que só serão aceitos pedidos de desistência por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.7. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- f)** Que por ação do licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.1. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de menor valor* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01(um centavo)**.



6.8.1. A critério do Pregoeiro e visando assegurar o bom andamento da disputa, poderá ser alterado, se necessário, o intervalo mínimo de diferença entre os valores dos lances durante o certame.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, www.bllcompras.org.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7 - CRITÉRIOS DE DESEMPATE



7.1. Após a etapa de envio de lances, havendo propostas ou lances, de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao licitante melhor classificado no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

7.1.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual.

7.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.3. Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual que se encontrem no estabelecido no item 9.1, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.4. Os lances equivalentes apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

7.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

7.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo próprio sistema da plataforma BLL dentre as propostas empatadas.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.



8.1.2. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, a qual só será declarada após diligência, garantida manifestação do licitante.

8.1.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir executibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do artigo 59 da Lei 14.133/2021.

8.1.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, e a ocorrência será registrada em ata.

8.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.3.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.6.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



8.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Para fins de comprovação dos requisitos de habilitação, os licitantes deverão encaminhar os seguintes documentos:

9.8. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.8.1. Cópia do RG e CPF do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.

9.8.2. Tratando-se de procurador, apresentar procuração por Instrumento Público ou Particular.



9.8.3. Contrato social, ou documento equivalente, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

9.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país.

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), ou no cadastro de pessoas físicas, conforme o caso.

9.9.2. Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal.

9.9.3. Certidão de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei.

9.9.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais, do domicílio ou sede do proponente, na forma da Lei.

9.9.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

9.8.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme prevê a Lei Federal nº. 12.440, de 07/07/2011.

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.10.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da abertura da Sessão Pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar no documento.

9.10.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024)**.

9.10.2.1. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.2.2. As empresas licitantes com menos de 01 (um) exercício financeiro de atividade, devem cumprir a exigência do item anterior mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.10.2.3. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015).

9.10.2.4. Fica dispensada a apresentação de Balanço Patrimonial dos Microempreendedores Individuais (MEI) nos termos do Art. 1.179 § 2º do Código Civil.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.11.1. Mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica Operacional, emitido por Órgão Público ou Privado, onde conste a comprovação de execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, atestando a qualidade e entrega dos serviços cotados.

9.12. O licitante deverá apresentar a Declaração Unificada, conforme o ANEXO III deste edital, anexando-a no campo “Declaração de cumprimento dos requisitos de Habilitação” no sistema da BLL.

9.13. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

9.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.15.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16. Ao proceder com a análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro em conjunto com a equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos



e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10. DOS RECURSOS

10.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), o licitante que desejar recorrer contra decisões do PREGOEIRO poderá fazê-lo no prazo de **10 (dez) minutos**, através do seu representante, manifestando em campo próprio do sistema, sua intenção com registro das suas razões.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

10.3. Uma vez manifestada a INTENÇÃO DE RECURSO será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar com o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.4. Após o prazo de recebimento das razões e contrarrazões, o Pregoeiro analisará e no caso de não reconsiderar sua decisão, encaminhará os autos devidamente instruídos, no prazo de até 3 (três) dias úteis à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta na ocorrência das seguintes situações:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório devidamente instruído à autoridade competente e proporá a sua adjudicação e homologação.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;

13.1.2.4. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

14.2. As medidas referidas no item "14.1" deverão ser encaminhadas **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, em campo próprio da BLL.

14.3. Caberá ao pregoeiro responder os pedidos de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico: www.bllcompras.org.br.



14.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.7. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.7. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

15.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.11. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.11.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.13. A Autoridade Superior do Município de Conselheiro Mairinck poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

15.13.1. A anulação do pregão induz à da ata.

15.13.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

15.14. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sistema BLL, www.bll.org.br e endereço eletrônico www.conselheiomairinck.pr.gov.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência.

ANEXO II - Modelo Padrão de Proposta Comercial.

ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada.

ANEXO IV - Minuta de Contrato.

Conselheiro Mairinck, 01 de outubro de 2025.



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

Tuany Sueli da Costa
Maximino
Agente de Contratação

Marcínio Messias
Agente de Contratação

Edna Mariano
Agente de Contratação

Adalto Aparecido Lopes Luiz
Equipe de Apoio

Luciana Salvador
Equipe de Apoio

Fernando Augusto Aparecido Ramos
Equipe de Apoio

Fabiani Aparecida da Silva
Equipe de Apoio



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Introdução

O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os parâmetros técnicos, operacionais e administrativos necessários à contratação de empresa para o fornecimento de kits para exercício das atividades dos Agentes de Combate às Endemias, compostos por uniformes e equipamentos de proteção, conforme especificações constantes no Manual dos Agentes de Combate às Endemias vinculados ao Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck/PR.

A contratação se justifica pela necessidade de garantir reposição e padronização dos materiais indispensáveis à segurança dos agentes em campo, que atuam diretamente em atividades de controle vetorial e manuseio de substâncias químicas, assegurando condições adequadas de trabalho e proteção individual. Considerando que os recursos são vinculados às ações de vigilância em saúde, faz-se imprescindível a aquisição de itens com características técnicas compatíveis às normas de segurança vigentes.

A medida busca assegurar a continuidade, eficiência e segurança operacional das equipes em atividades de campo, abrangendo vistoria domiciliar, aplicação de inseticidas, captura de vetores e demais ações de saúde pública, promovendo a adequada execução dos serviços essenciais à população.

O presente Termo de Referência foi elaborado com fundamento nas informações consolidadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

Conforme Estudo Técnico Preliminar, tem-se que a contratação se dará mediante processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, cujo critério de julgamento será **MENOR PREÇO POR ITEM**.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa para fornecimento de kits para exercício das atividades dos Agentes de Combate às Endemias, compostos por uniformes e equipamentos de proteção, conforme especificações constantes no Manual dos Agentes de Combate às Endemias vinculados ao Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck/PR.

Estes profissionais atuam em atividades de risco químico, físico e biológico, como aplicação de inseticidas, manuseio de produtos tóxicos, captura de escorpiões e vistoria em ambientes insalubres, demandando proteção adequada e padronizada.

Itens como o macacão de aplicação de inseticida, o avental impermeável em PVC, as luvas nitrílicas e de raspa de couro, bem como a bota impermeável e o coturno de alta



resistência, asseguram proteção contra agentes químicos e riscos de corte ou abrasão. Do mesmo modo, o fornecimento de máscaras e respiradores com filtros químicos, óculos de proteção e protetores auriculares é essencial para garantir a integridade respiratória, ocular e auditiva dos trabalhadores.

Além disso, a aquisição de vestimentas padronizadas (camisetas, camisas polo, coletes e calças táticas impermeáveis), bem como acessórios de apoio como crachás, chapéus, guarda-chuvas, lanternas UV e pinças entomológicas, assegura não apenas a segurança, mas também a identificação visual e a eficiência operacional das equipes em campo.

Tendo em vista que tais itens são de uso obrigatório conforme normativas de segurança do trabalho e vigilância em saúde, e considerando a necessidade de reposição e padronização de materiais desgastados pelo uso contínuo, faz-se imprescindível a aquisição ora solicitada. A medida garantirá a continuidade das ações de combate às endemias, a redução de riscos ocupacionais e a adequada prestação de serviços públicos essenciais à saúde da população.

1.1 Quantitativos

Lote: 1 - Lote 001					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Avental Impermeável em PVC Duplo Proteção Química de Alta Qualidade Avental de proteção individual desenvolvido para uso em atividades que envolvem risco químico, especialmente na aplicação de inseticidas e produtos correlatos. Confeccionado em PVC duplo de alta resistência que, proporcione impermeabilidade total contra respingos, borrifos e contato direto com substâncias químicas. Design técnico que proporcione ampla cobertura do tronco e membros inferiores, com tiras de fixação reforçadas e ajustáveis, garantindo ergonomia, conforto e estabilidade durante o uso prolongado. Produto fabricado em conformidade com requisitos normativos de segurança, oferecendo durabilidade, resistência mecânica e facilidade de higienização.	4	Unid.	54,21	216,84
TOTAL					216,84
Lote: 2 - Lote 002					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Bomba/ pulverizador agrícola costal manual capacidade de 20 litros, alavanca reforçada, com aste de pulverização metálica, resistente, para aplicação de inseticidas/pesticidas.	2	UNID	296,53	593,06
TOTAL					593,06
Lote: 3 - Lote 003					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Boné Para proteção solar básica 100% algodão com bordado institucional e ajuste de tamanho. Cor bege ou preto.	12	Unid.	48,05	576,60
TOTAL					576,60



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

Lote: 4 - Lote 004					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Bota impermeável proteção dos pés em ambientes úmidos e químicos. Construída em PVC, com sola antiderrapante e CA válido.	4	PR	59,10	236,40
TOTAL					236,40
Lote: 5 - Lote 005					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Calça tática impermeável ripstop desenvolvida em tecido impermeável de alta resistência mecânica, indicada para atividades que exigem proteção contra umidade, respingos de líquidos e desgaste em campo. Confeccionada em material técnico reforçado poliéster/nylon com tratamento repelente à água. Reforço em áreas de maior atrito (joelhos e parte traseira), costuras duplas e acabamento resistente, assegurando maior vida útil, bolsos múltiplos de fácil acesso, permitindo transporte seguro de utensílios e equipamentos durante as atividades operacionais. Cor Bege.	36	Unid.	270,00	9.720,00
TOTAL					9.720,00
Lote: 6 - Lote 006					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Camisa polo personalizada Piquet, bordado institucional na frente e agente de combate às endemias e logo contra a dengue atrás, gola e punhos canelados 50% algodão e 50% poliéster.	36	Unid.	99,66	3.587,76
TOTAL					3.587,76
Lote: 7 - Lote 007					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Camisa social personalizada Oxford ou popeline com bordado institucional.	12	Unid.	167,96	2.015,52
TOTAL					2.015,52
Lote: 8 - Lote 008					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Camiseta gola careca personalizada 100% algodão malha penteada 30.1 ou superior com estampa institucional (logo na frente, agente de endemias e logo contra a dengue atrás).	36	Unid.	72,45	2.608,20
TOTAL					2.608,20
Lote: 9 - Lote 009					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Chapéu aba larga/pescador com protetor de pescoço removível proteção total nuca e cabeça, com proteção UV e tecido leve e cordão para ajuste. Com bordado institucional. Cor bege ou preto.	12	Unid.	74,66	895,92
TOTAL					895,92
Lote: 10 - Lote 010					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

1	Cinto tático em nylon reforçado, fivela metálica.	12	Unid.	61,63	739,56
				TOTAL	739,56
Lote: 11 - Lote 011					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Colete personalizado com bolsos e zíper para armazenar utensílios de campo com bordado Agente de endemias e logo de combate ao mosquito na parte traseira e logo institucional na frente. Cor Bege.	12	Unid.	154,33	1.851,96
				TOTAL	1.851,96
Lote: 12 - Lote 012					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Coturno - de alta qualidade desenvolvido para uso profissional em atividades que exigem resistência, durabilidade e proteção. Confeccionado em couro nobuck de alta performance, com solado em borracha antiderrapante com excelente aderência a diferentes tipos de solo, proporcionando maior estabilidade e segurança ao operador. Modelo com passadores metálicos reforçados para maior resistência mecânica no sistema de amarração, garantindo firmeza e ajuste ergonômico ao pé. Design anatômico assegura conforto prolongado reduzindo a fadiga em longas jornadas de trabalho. Diversos tamanhos. Colarinho e língua acolchoados. - Fechamento em cadarço com passadores resistentes. Forração em tecido poliéster de rápida absorção e dessorção de suor que permite a respirabilidade e mantém a temperatura normal dos pés. - Proteção rígida de borracha no tornozelo para um caminhar muito mais seguro e livre de impactos. - Puxador traseiro, para melhor calce. - Solado em Borracha Anti-Derrapante e toda costurada, que possibilita amortecimento com absorção de impactos na entressola e no calcanhar.	18	PR	244,99	4.409,82
				TOTAL	4.409,82
Lote: 13 - Lote 013					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Crachá com porta crachá - Crachá de Identificação Personalizado Formato: Retangular, dimensões padrão aproximadas de 9,5 cm x 6,5 cm (compatível com porta-crachá universal). Material: PVC rígido, alta durabilidade, impressão em policromia digital frente e verso, com acabamento em laminação protetora brilhante ou fosca Personalização: Inclusão de fotografia colorida (alta resolução), nome completo, matrícula/registro, função/cargo, nome da instituição/órgão e logomarca oficial. Porta-crachá: Transparente, em PVC flexível de alta resistência, modelo vertical ou horizontal conforme necessidade. Cordão: Cordão de poliéster trançado ou acetinado, largura mínima de 15 mm, personalizado com a logomarca ou nome da instituição em silk-screen ou sublimação digital. Deve possuir fecho de segurança (breakaway) e presilha metálica ou de nylon tipo jacaré para fixação ao porta-crachá. A arte final deverá ser aprovada previamente pela Administração.	12	Unid.	34,79	417,48



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheirimairinck.pr.gov.br

TOTAL					417,48
Lote: 14 - Lote 014					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Enxadão enxadão largo com cabo de madeira.	1	Unid.	79,30	79,30
TOTAL					79,30
Lote: 15 - Lote 015					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Escada articulada 16 degraus construída em alumínio reforçado, capacidade mínima de 150kg, dobrável mínimo 10 posições.	1	Unid.	880,00	880,00
TOTAL					880,00
Lote: 16 - Lote 016					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Galão Térmico 5l para armazenamento de água Atóxico com tampa e vedação que possa ser usada para consumir água potável.	5	Unid.	59,00	295,00
TOTAL					295,00
Lote: 17 - Lote 017					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Guarda Chuva/sol com revestimento anti-térmico FPU 50+.	12	Unid.	81,80	981,60
TOTAL					981,60
Lote: 18 - Lote 018					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Jaqueta tática corta vento impermeável Poliéster com bolsos embutidos zíper e capuz.	12	Unid.	488,00	5.856,00
TOTAL					5.856,00
Lote: 19 - Lote 019					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Lanterna UV lanterna com luz negra ultravioleta para captura noturna noturna de escorpiões. Item profissional de alta qualidade alimentação por pilhas AA ou AAA.	6	Unid.	138,33	829,98
TOTAL					829,98
Lote: 20 - Lote 020					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Luva nitrílica para manuseio de produtos químicos, com forro, CA válido e resistência abrasiva.	12	PR	30,42	365,04
TOTAL					365,04
Lote: 21 - Lote 021					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Luva raspa de couro para captura de escorpiões resistência a corte e abrasão punho de 10 a 15 cm, com boa maleabilidade. Couro bovino vaqueta e raspa com viés costurado com linha de nylon.	6	PR	38,78	232,68



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

TOTAL					232,68
Lote: 22 - Lote 022					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Macacão para aplicação de inseticida (risco químico), PVC, gramatura 200g/m², CA válido, design ergonômico que proporcione mobilidade e conforto térmico, permitindo longos períodos de uso sem comprometer a segurança. Fechamento frontal protegido, costuras reforçadas e acabamento selado que asseguram vedação adicional contra penetração de agentes químicos. Testado e aprovado em conformidade com requisitos de segurança.	4	Unid.	74,50	298,00
TOTAL					298,00
Lote: 23 - Lote 023					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Mangote/Manguito proteção para os braços, FPU UV 50+ em poliamida e elastano. Cor preta, cinza e bege.	12	Unid.	29,78	357,36
TOTAL					357,36
Lote: 24 - Lote 024					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Máscara/Respirador reutilizável facial completa com cartuchos químicos compatíveis - multigases para vapores orgânicos, gases ácidos, amônia, metilamina e etc - Proteção respiratória e ocular completa contra vapores, manuseio químico com visor panorâmico, ajuste de pelo menos 4 pontos, produzido em elastômero sintético e silicone com CA válido.	2	Unid.	1.400,22	2.800,44
TOTAL					2.800,44
Lote: 25 - Lote 025					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Máscara/Respirador semi-facial reutilizável com cartuchos químicos compatíveis construído em elastômero leve para proteção respiratória contra partículas e uma grande variedade de gases e vapores e CA válido.	2	Unid.	194,42	388,84
TOTAL					388,84
Lote: 26 - Lote 026					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Meias de algodão 100% algodão, anti-odor.	72	PR	14,13	1.017,36
TOTAL					1.017,36
Lote: 27 - Lote 027					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Óculos de proteção contra respingos e poeira, construído em policarbonato, antiembaçante com CA válido.	6	Unid.	65,74	394,44
TOTAL					394,44
Lote: 28 - Lote 028					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

1	Óculos escuro Proteção solar, polarizado UV400, resistente a impacto	12	Unid.	114,56	1.374,72
				TOTAL	1.374,72
Lote: 29 - Lote 029					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Palheta em MDF para ovitrampa 15cm de comprimento, 3cm de largura e 3mm de espessura.	100	Unid.	1,36	136,00
				TOTAL	136,00
Lote: 30 - Lote 030					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Picareta picareta com cabo de madeira de 95cm.	1	Unid.	101,86	101,86
				TOTAL	101,86
Lote: 31 - Lote 031					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Pinça entomológica pinça metálica de no mínimo 30cm para coleta de e aranhas.	6	Unid.	93,30	559,80
				TOTAL	559,80
Lote: 32 - Lote 032					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Protetor auricular concha (abafador) - conchas de plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais, com arco ajustável snr igual ou maior a 25 db.	4	Unid.	67,16	268,64
				TOTAL	268,64
Lote: 33 - Lote 033					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Protetor auricular interno redução de ruído leve, construído em silicone, reutilizável SNR igual ou maior a 25 db.	6	Unid.	9,11	54,66
				TOTAL	54,66
Lote: 34 - Lote 034					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Protetor Solar Embalagem com 200ml, com tampa flip-top, FTP mínimo 50, resistente a água e suor. Que impreterivelmente contenha os ativos: Potassium Cetyl Phosphate, Aluminum Starch Octenylsuccinate, Triethanolamine, Dimethicone, Disodium EDTA, Stearyl alcool. Que não contenha: Cyclomethicone, alcool etílico, Homosalate, Methylbenzylidene Camphor, Goma Xantana, Poliester, Butilparabeno, Ethylparabeno ou qualquer tipo de repelente.	120	Unid.	94,54	11.344,80
				TOTAL	11.344,80
Lote: 35 - Lote 035					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Proveta graduada 2.000ml fabricada em polipropileno ou similar. Alta resistencia e durabilidade.	4	Unid.	217,00	868,00
				TOTAL	868,00



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

Lote: 36 - Lote 036					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Recipiente metálico com tampa plástica, metálica ou de silicone mínimo 40cm de altura e 20 de diâmetro para abater escorpiões.	2	Unid.	62,36	124,72
TOTAL					124,72
Lote: 37 - Lote 037					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Relógio à prova de água resistente a 5ATM, com pulseira de silicone ou paracord, analógico e digital, resistente a impactos com retroiluminação LED com exibição de dia, data e hora, horário atômico de seis bandas, horário mundial, alarme diário com soneca, formatos de 12 e 24 horas.	6	Unid.	264,94	1.589,64
TOTAL					1.589,64
Lote: 38 - Lote 038					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Repelente de insetos com icaridina Embalagem com 100ml e concentração de icaridina de 20% ou mais. Anti-alérgico e dermatologicamente testado.	240	Unid.	28,23	6.775,20
TOTAL					6.775,20
Lote: 39 - Lote 039					
Item	Especificações	Quant.	Unid.	Preço máximo	Preço máximo total
1	Vaso de violeta para ovitrampa vaso plástico com aproximados 10cm de altura, 10cm de diâmetro maior (boca) e 7,5cm diâmetro menor (fundo). É imprescindível que o fundo não seja furado.	60	Unid.	6,12	367,20
TOTAL					367,20

VALOR R\$ 66.210,40 (Sessenta e seis mil, duzentos e dez reais e quarenta centavos).

1.1.1 Justificativas para o item especificado:

a) Tipo e características gerais dos itens

A escolha por Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), vestimentas, acessórios e utensílios de apoio têm como finalidade atender às demandas do Programa Municipal de Combate às Endemias, garantindo segurança, padronização e eficiência às equipes. Cada item foi especificado de forma a assegurar proteção contra riscos químicos, físicos e biológicos, bem como oferecer conforto ergonômico e funcionalidade adequada ao uso prolongado em campo.

b) Condição de novos e conformidade normativa

Todos os itens deverão ser fornecidos novos, sem uso prévio, com Certificado de Aprovação (CA) válido quando aplicável, atendendo às normas regulamentadoras de segurança do trabalho (NR-6) e demais requisitos legais. Essa exigência assegura confiabilidade, proteção efetiva e durabilidade dos bens adquiridos.



c) Dimensões, resistências e capacidades mínimas

As especificações mínimas de gramatura (200 g/m² para macacão), resistência mecânica (avental em PVC duplo), comprimento de 30 cm (pinça entomológica), capacidade de 20 L (pulverizador costal), capacidade de 2.000 ml (proveta graduada), resistência de até 150 kg (escada articulada), entre outros, foram definidas para garantir desempenho seguro, durabilidade e adequação às atividades operacionais.

d) Especificações técnicas de proteção

Itens como macacão, avental, luvas nitrílicas, luvas de raspa, botas, coturnos, máscaras faciais, respiradores semifaciais, óculos de proteção e protetores auriculares possuem características técnicas específicas (resistência química, abrasiva, mecânica, respiratória e auditiva) que visam assegurar a proteção integral do trabalhador durante atividades de risco.

e) Tipos de fechamento e ajustes ergonômicos

A exigência de fechamentos frontais protegidos, passadores metálicos, tiras reforçadas, ajustes de 4 pontos em respiradores e cadarços resistentes visa garantir ergonomia, firmeza e conforto prolongado, reduzindo a fadiga e evitando falhas de vedação durante o uso operacional.

f) Materiais empregados e padrão de fabricação

Os itens especificados são confeccionados em Tyvek®, PVC, couro bovino, nobuck, policarbonato, poliamida, poliéster, nylon, elastano e elastômeros sintéticos, materiais consagrados pela resistência mecânica, impermeabilidade e durabilidade. A escolha assegura conformidade com padrões industriais e de segurança vigentes.

g) Proteção química e biológica

O fornecimento de máscaras e respiradores multigases, repelentes com icaridina (≥20%) e protetor solar FPS 50 com formulação livre de agentes restritivos garante barreira efetiva contra agentes químicos, vapores orgânicos e exposição solar, sendo indispensável ao trabalho em campo e contato com substâncias tóxicas.

h) Itens obrigatórios e de segurança

Todos os itens listados cumprem a função de proteção ativa e passiva contra riscos ocupacionais, como previsto em normativas do Ministério do Trabalho, Anvisa e Vigilância Sanitária. A correta utilização destes materiais é indispensável para a integridade física dos trabalhadores, bem como para a eficácia das ações de combate às endemias.

i) Itens de conforto e conveniência

Além da proteção, foram especificados calçados anatômicos, roupas padronizadas, chapéus com proteção UV, bonés, meias de algodão, cintos táticos e coletes funcionais,



que proporcionam conforto térmico, redução de fadiga e maior praticidade no transporte de utensílios, assegurando eficiência em longas jornadas.

j) Garantia mínima e durabilidade

A exigência de garantia mínima de 12 meses para os itens duráveis (como coturnos, botas, óculos, escadas e pulverizadores), bem como a necessidade de resistência a desgaste, impacto e intempéries, visa proteger o erário e reduzir custos de reposição. Para consumíveis, exige-se validade mínima de 12 meses no ato da entrega.

k) Assistência técnica e manutenção

Para os equipamentos de maior complexidade (como respiradores, pulverizadores e lanternas UV), exige-se a disponibilidade de assistência técnica autorizada ou fornecimento de peças de reposição, garantindo a continuidade do uso e evitando descarte prematuro.

l) Proibição de itens fora de especificação

Vedam-se produtos genéricos ou que não atendam às características técnicas mínimas descritas neste Termo. Essa exigência assegura isonomia, padronização institucional e conformidade com normas de segurança, evitando a aquisição de materiais de baixa qualidade ou desempenho.

m) Identidade visual e personalização

Itens como camisetas, camisas polo, camisas sociais, jaquetas, coletes e crachás deverão conter bordados ou estampas com a identidade institucional e logos de combate à dengue, assegurando a padronização visual dos agentes em campo e maior reconhecimento social do trabalho desenvolvido.

n) Qualificação do fornecedor

Exige-se que o fornecedor comprove idoneidade, capacidade técnica e fornecimento de produtos originais, em conformidade com as normas de segurança do trabalho. Quando aplicável, deverá apresentar CA válido emitido pelo MTE ou certificados de conformidade. Tal exigência garante origem confiável, qualidade do fornecimento e proteção do interesse público.

1.2 Prazo do Contrato

O contrato deverá ter vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável, mediante conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução adotada consiste na aquisição de kits completos para o exercício das atividades dos Agentes de Combate às Endemias, compostos por uniformes, equipamentos



de proteção e utensílios de apoio, todos novos e em conformidade com as normas vigentes de segurança e saúde no trabalho, conforme especificações constantes no Manual dos Agentes de Combate às Endemias.

A medida é necessária diante da atual situação, na qual parte dos agentes encontra-se sem os equipamentos corretos previstos no manual, enquanto outros dispõem de itens vencidos ou em condições inadequadas de uso. Essa deficiência tem deixado os profissionais expostos a riscos químicos, físicos e biológicos, comprometendo a proteção individual, a padronização visual e a eficiência das ações de campo.

Com a aquisição, busca-se restabelecer e padronizar a capacidade operacional das equipes, assegurando não apenas a segurança individual, mas também condições ergonômicas adequadas para o desempenho contínuo das atividades de combate às endemias, como aplicação de inseticidas, captura de vetores, vistorias domiciliares e demais ações essenciais à saúde pública.

Os itens a serem adquiridos deverão atender integralmente às especificações técnicas deste Termo de Referência, contemplando uniformes personalizados com identidade institucional, equipamentos de proteção com Certificado de Aprovação (CA) válido quando exigido por norma e utensílios de apoio que garantam durabilidade e segurança, de modo a possibilitar uso imediato e efetivo após o recebimento.

Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as seguintes condições:

2.1. Prazo de Entrega

Para EPI's, utensílios e equipamentos: o prazo máximo para entrega será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão do pedido de compra formal.

Para itens personalizados: o prazo máximo para entrega será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão do pedido de compra formal.

2.2. Condições de Embalagem

Os produtos deverão ser entregues em sua embalagem original, devidamente lacrada, quando aplicável, garantindo a integridade e autenticidade do material. Itens personalizados deverão ser embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, podendo ser acondicionados em uma única caixa de papelão resistente, de modo a preservar a qualidade e facilitar a conferência.

2.3. Forma de Fornecimento

O fornecimento ocorrerá de forma fracionada, conforme a demanda do órgão contratante, mediante emissão de pedidos de compra formais.

2.4. Condições de Recebimento e Aceitação

Os produtos entregues estarão sujeitos à conferência quantitativa e qualitativa pelo órgão contratante.

Serão recusados e devolvidos, às expensas da contratada, os itens que:



- a) não atenderem às especificações técnicas exigidas;
- b) apresentarem defeitos de fabricação ou avarias;
- c) forem considerados de ****qualidade inferior**** ao padrão exigido;
- d) apresentarem divergência em relação ao pedido de compra.

2.5. Troca por Incompatibilidade

Em caso de incompatibilidade de tamanho, medidas ou ajuste em itens que envolvam vestimenta, calçados ou acessórios similares, a contratada deverá proceder à troca imediata, sem ônus adicional ao órgão contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da comunicação formal.

2.6. Penalidades e Rescisão

O descumprimento das condições de fornecimento implicará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, notadamente advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, além da rescisão contratual, conforme o caso.

A rescisão contratual poderá ocorrer, de pleno direito, nos casos de:

- a) fornecimento reiterado de produtos em desconformidade com as especificações;
- b) entrega de itens de qualidade insatisfatória, que comprometam a finalidade do objeto;
- c) inobservância injustificada dos prazos de entrega estabelecidos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá atender integralmente aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como nas demais normativas aplicáveis à contratação pública.

Os bens fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas e condições operacionais estabelecidas neste Termo de Referência. Não serão aceitos produtos em desacordo com as exigências predefinidas, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a substituição ou correção, às suas próprias expensas, de eventuais não conformidades identificadas no momento da entrega ou durante o recebimento definitivo.

A contratada deverá observar o prazo de entrega estipulado neste documento e comunicar formalmente ao contratante qualquer intercorrência ou impedimento que possa comprometer o cumprimento desse prazo.

Será de responsabilidade da contratada repetir procedimentos ou substituir o item fornecido sempre que verificada falha na execução contratual, especialmente nos casos de entrega fora das especificações pactuadas ou em desacordo com os prazos e condições previamente estabelecidos.

Para o pleno êxito da contratação, as empresas interessadas deverão atender aos requisitos mínimos exigidos para habilitação e participação no certame, bem como



assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais ao longo de sua vigência, nos termos do edital e do contrato administrativo correspondente.

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

3.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;



VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

3.3. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO

3.3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.3.3. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

4. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Almeja-se, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, a justa competição e evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente irrealizável ou superfaturamento na execução do contrato.

Da mesma forma, busca-se vantajosidade técnica e econômica para a administração.

5. MÉDIA DE PREÇO – PARÂMETRO

Através da cotação realizada nos lugares competentes. Para tanto, as cotações e as planilhas com memória de cálculo seguem em anexo.

6. ESTIMATIVAS DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

Foi realizado levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente.

Com o objetivo de obter parâmetros de preço para a contratação pretendida, foi realizada pesquisa de mercado junto a fornecedores especializados em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), vestimentas profissionais e acessórios de apoio, contemplando itens compatíveis com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

As pesquisas buscaram verificar a média de preços praticados, os prazos de entrega, as condições comerciais e a viabilidade do fornecimento de materiais novos, com Certificado de Aprovação (CA) válido nos casos exigidos por norma, em conformidade com as necessidades operacionais das equipes de vigilância em saúde.

A amostragem considerou fornecedores da região e empresas com histórico de fornecimento à Administração Pública, garantindo representatividade e diversidade de propostas. A metodologia adotada visa assegurar a razoabilidade e compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação.

Para a presente aquisição, foi realizada análise de mercado com vistas a verificar a disponibilidade dos itens e a obtenção de cotações comparativas, atendendo aos princípios da economicidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, foram adotados os seguintes critérios:

a) Fornecedor Local:

Foi consultado fornecedor localizado no próprio município, sendo este o único a disponibilizar os itens na região, garantindo maior agilidade na entrega, facilidade logística e atendimento imediato em caso de necessidade de reposição.



b) Fornecedor Regional (região de Curitiba-PR):

Realizou-se contato com empresa situada na região de Curitiba-PR, a qual foi a única a responder à solicitação de cotação encaminhada por e-mail. Dessa forma, sua participação foi fundamental para efeito comparativo de preços e condições de fornecimento.

c) Pesquisa em Portais Oficiais:

Também foram levantados valores em portais oficiais de contratações públicas e plataformas de pregão eletrônico, tais como BLL, PNCP, além de consultas em registros de contratações similares em outros municípios, com o objetivo de balizar os preços praticados no mercado e dar maior transparência ao processo.

Com base nas três frentes de pesquisa apresentadas, a Administração assegura que foram observados os parâmetros técnicos e legais necessários, evidenciando a regularidade e a economicidade da presente contratação.

O custo total estimado da contratação foi calculado a partir da média de preços obtidos nas consultas realizadas, conforme planilha anexa.

O custo total estimado da contratação será de aproximadamente R\$ 66.210,40 (Sessenta e seis mil, duzentos e dez reais e quarenta centavos).

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado após ser atestado que os produtos/serviços foram entregues nas condições constantes no contrato e na nota fiscal/outro documento a ser fornecido pelo contratado.

O recebimento será acompanhado e fiscalizado pelo GESTOR DO CONTRATO da Prefeitura Municipal, sendo o Diretor do Departamento Municipal de Saúde, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Local de Entrega: Os itens/serviços quando solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora no Hospital Anita Canet, Rua XV de novembro, nº 435, Centro – Conselheiro Mairinck, de segunda a sexta-feira em horário comercial.

Prazo de Entrega: Em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega do produto/serviço é de total responsabilidade da contratada.

8. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do contrato ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

04- Secretaria de Saúde

001- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0004.2019 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde

3.390.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

860 – Fonte 000, 870 – Fonte 303, 871 – Fonte 478, 872 – Fonte 475, 873 – Fonte 518 e 874 – Fonte 500

Conselheiro Mairinck, 09 de setembro de 2025.

Laércio Marques de Almeida Filho
Diretor do Departamento Municipal de Saúde
Conselheiro Mairinck - PR



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINCK – PR

(em papel personalizado da empresa)
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 061/2025
PROCESSO N.º 087/2025

Prezado Senhor Pregoeiro,

Apresentamos a nossa proposta para contratação de empresa para fornecimento de kits para exercício das atividades dos Agentes de Combate às Endemias, compostos por uniformes e equipamentos de proteção, conforme especificações constantes no Manual dos Agentes de Combate às Endemias vinculados ao Departamento Municipal de Saúde de Conselheiro Mairinck/PR, conforme descrição constante do Anexo I do Edital, e seus anexos, pelo(s) valor(es) abaixo especificado(s):

Lote	Item	Descrição do Objeto	Marca	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit.	Valor R\$ Total
Total							

Esclareço à Vossa Senhoria que a proposta deverá conter:

Declaramos:

Aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital e seus anexos, bem como que na nossa proposta de preço, estão computados todos os custos necessários para a prestação do serviço, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Edital em referência, e que influenciem na formação dos preços desta proposta.

O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da proposta.

Declaramos que nossa empresa assume perante o Município de Conselheiro Mairinck – PR, o compromisso de fornecer o serviço no prazo e condições especificadas no edital.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato no prazo determinado no Edital.

Local e data

Nome e assinatura do(s) responsável(is) legal(is) ·

Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante.



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

Ao pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck, Estado do Paraná

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2025

Pelo presente instrumento, a empresa, cadastrada pelo CNPJ n.º, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, alterada pela Lei Complementar n.º 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa).

1. Declara que atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme a lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

2. Declara que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias do Pregão Eletrônico nº 061/2025 e que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

3. Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº 061/2025 do Município de Conselheiro Mairinck - PR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

4. Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5. Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

6. Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme previsto em lei e outras normas específicas.

7. Declara, para os fins de direito, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

8. Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, estando ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências futuras.



9. Declara que não possui em seu quadro societário ou de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

10. Declara que suas propostas econômicas incluem todos os custos necessários para garantir os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, legislações trabalhistas, normas infra legais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11. Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

12. Declara, para os fins de direito, que o(a) responsável legal pela empresa é o(a) Sr.(a) portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

13. Declara que conhece e cumpre as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, incluindo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) e a Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se a não oferecer, aceitar ou facilitar qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos que caracterizem prática ilegal ou corrupção, seja de forma direta ou indireta, durante a execução deste contrato.

14. Declara que, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concorda que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

15. Compromete-se a informar ao Sistema de Protocolo deste Município qualquer alteração de e-mail ou telefone, sob pena de serem considerados válidos os dados anteriormente fornecidos.

16. Compromete-se a manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação compatíveis com as obrigações assumidas.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)



Lote	Item	Descrição do Objeto	Marca	Quant.	Unid.	Valor R\$ Unit.	Valor R\$ Total
Total							



1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta da contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato deverá ter vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, sendo possível sua prorrogação, se de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21.

2.1.1. A prorrogação de que trata esta cláusula é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxx (_____)**,

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado em parcelas mensais, mediante emissão de nota fiscal e relatório de serviços prestados, atestados pelo setor competente da Prefeitura Municipal.

6.2. A nota fiscal emitida pela CONTRATADA deverá ser obrigatoriamente em nome de MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO MAIRINCK.

6.3. O Município efetuará o pagamento referente aos serviços prestados em até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da documentação fiscal da CONTRATADA (Nota Fiscal de serviços).



6.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, serão os mesmos restituídos à EMPRESA VENCEDORA para as correções necessárias, não respondendo ao Município por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

6.5. O objeto da presente licitação será prestado ao Município de Conselheiro Mairinck/PR em conformidade com o edital e seus anexos, com suas posteriores alterações (se houver).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da assinatura deste contrato.

7.2. Os requerimentos de revisão contratual deverão ser instruídos com documentos que comprovem o fator superveniente imprevisível e alheio à vontade das partes, provocador do desequilíbrio contratual, sob pena de não recebimento.

7.3. O reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, para mais ou para menos, se justifica nas seguintes ocorrências:

7.3.1. Para mais, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica (probabilidade de perda concomitante à probabilidade de lucro) extraordinária e extracontratual.

7.3.2. Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe.

7.4. Para solicitar o reequilíbrio não poderão haver empenhos com pendência de entregar referentes aos itens objetos do pedido.

7.4.1. Os pedidos de reequilíbrio não suspendem a entrega de itens já empenhados. Os pedidos de reequilíbrio analisados, serão considerados para os pedidos posteriores a decisão final da Autoridade Competente.

7.5. Para a caracterização da pretensão de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá formular o pedido e enviar para o e-mail do Município, no endereço compras.cmk@yahoo.com.

7.6. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

7.7. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da juntada de planilhas de composição de custos e/ou cotações de preços de mercado.

7.8. O reajuste de preço será admitido caso a vigência do Contrato ultrapasse o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

7.9. O reajuste obedecerá à variação do IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo no caso de sua extinção.



8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 8.2.** Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- 8.3.** Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- 8.4.** Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- 8.5.** Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- 8.6.** Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- 9.2.** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
- 9.3.** Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.4.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 9.5.** Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);
- 9.6.** Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
- 9.7.** Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
- 9.8.** Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.
- 9.9.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, se houver motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.10.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no Artigo 156, § 3º A da Lei nº 14.133/21, sendo que em caso de multa esta será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato

10.2. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com o Município de Conselheiro Mairinck pelo prazo de 02 (dois) anos;

10.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Conselheiro Mairinck, até o ressarcimento dos prejuízos a ele causados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão acobertadas pela dotação orçamentária abaixo discriminada:

04- Secretaria de Saúde

001- Fundo Municipal de Saúde

10.301.0004.2019 – Manutenção Fundo Municipal de Saúde

3.390.30.28.00 – Material de Proteção e Segurança

860 – Fonte 000, 870 – Fonte 303, 871 – Fonte 478, 872 – Fonte 475, 873 – Fonte 518 e 874 – Fonte 500

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO



M U N I C Í P I O D E
CONSELHEIRO MAIRINCK
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL JOSÉ DA SILVA "DEDI"
Praça Otacílio Ferreira, nº82 – Telefone: 043 3561-1221
CNPJ: 75.968.412/0001-19
Site: www.conselheiomairinck.pr.gov.br

14.1. As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o foro da comarca de Ibaiti/PR, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em duas vias de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes, para que produza os efeitos legais e jurídicos cabíveis.

Conselheiro Mairinck - Pr, ____ de ____ de 2025.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairinck-Pr. _____ Joselei Aparecido de Carvalho Prefeito Municipal Gestor do Contrato: _____ Laércio Marques de Almeida Filho Diretor do Depto. Municipal de Saúde Fiscal do Contrato: _____ Davison Alves Bueno	CONTRATADA: _____ Empresa: CNPJ/MF sob nº Representante Legal: CPF:
--	---

Testemunhas:

01 - _____

Nome

CPF:

02 - _____

Nome:

CPF: